

Vai de mal a pior a moratória do dr. Funaro

JORNAL DA TARDE

Disposto a ir até o fim em sua luta travada contra os bancos privados credores de nossa dívida externa, o ministro Dílson Funaro vai deixando a economia brasileira sangrar, indiferente às consequências da sua desastrosa política (?) econômica. Em vez de conversar seriamente com os banqueiros, Funaro parece mais interessado em fazer o possível para elevar ainda mais a tensão, conforme dizem — sem esconder sua irritação — os dirigentes dos maiores bancos da Europa e dos Estados Unidos.

16 ABR 1987

É este, até o momento, o único saldo das reuniões mantidas pelo presidente do Banco Central, Francisco Gros, com os membros do comitê de assessoramento dos bancos credores no início deste mês. Segundo o depoimento do diretor de um dos 14 bancos representados no comitê, o presidente do BC não apenas deixou de dar informações concretas sobre o programa de ajustamento econômico brasileiro, como também não demonstrou nenhuma pressa para fazer um pedido de reescalonamento ou renovação de dívidas de curto e longo prazo no valor de US\$ 35 bilhões, vencidos em 1986 ou a vencer em 1987.

Essa clara deterioração das relações entre o Brasil e a comunidade financeira internacional e a inexistência de novos acordos sobre a dívida trazem um novo risco, conforme adverte o jornal inglês *Financial Times*, conhecido por sua capacidade de interpretar as reações do mundo financeiro europeu. Para esse respeitado jornal, muitos dos 700 bancos credores do País poderão recorrer aos tribunais para receber os seus créditos. Nos Estados Unidos, igualmente, a situação é das mais sérias, pois a cada dia cresce a lista dos bancos que rebaixaram a classificação do Brasil como devedor e colocaram seus empréstimos ao País em regime de caixa.

No jargão bancário, essa providência dos bancos americanos significa que os juros desses empréstimos serão lançados como prejuízo enquanto não forem efetivamente pagos. As perdas dos maiores bancos apenas no primeiro trimestre deste ano são extremamente elevadas, com o Citicorp, o maior credor, encabeçando a lista. Essa instituição financeira, apesar de ainda não ter reclassificado o Brasil, admite a perda de US\$ 50 milhões, seguido pelo Bank America (US\$ 40 milhões), Chase Manhattan (US\$ 22 milhões), J.P. Morgan (US\$ 20 milhões) e Manufacturers Hanover (US\$ 18 milhões).

E muitos outros bancos se vão juntando a essa lista, como é o caso do Mellon Bank, de Pittsburgh, cujo escritório no Brasil foi fechado por determinação do ministro Funaro, que contabilizou o seu primeiro prejuízo em 118 anos de operação em consequência da moratória brasileira, e agora enfrenta uma crise interna que provocou a demissão de seu presidente, J. David Barnes. Diante da magnitude do problema criado pela moratória brasileira, muitos outros diretores dos bancos envolvidos serão obrigados a pedir demissão, pois, lá fora, essa ainda é a única forma de aplacar a ira dos acionistas.

Dessa forma, é natural esperar que o ministro da Fazenda e o presidente do BC encontrarão um ambiente carregado em todas as ocasiões que precisarem da ajuda dos credores. E os fatos estão mostrando que a economia brasileira não tem a menor condição de agüentar uma moratória prolongada, como já alertaram diversos economistas, entre eles o ex-presidente do IBGE, Edmar Bacha, insuspeito, pois até recentemente era um dos integrantes da equipe governamental.

Entre as poucas vozes que se ouvem para mostrar os riscos da moratória do sr. Funaro está a do ex-presidente do Banco Central, Antonio Carlos Lemgruber. Ele também fez as contas e concluiu que a suspensão do pagamento dos juros aos bancos privados não resolve o problema do balanço de pagamento em 1987. Em vez dos US\$ 8 bilhões de superávit comercial esperados pelo governo, Lemgruber prevê um saldo de apenas US\$ 5 bilhões, que seria insuficiente para cobrir os outros itens da balança de serviços (frete, dividendos, pagamentos devidos a governos e instituições multilaterais etc.). Se essa hipótese se confirmar, as consequências são totalmente imprevisíveis, "pois é a primeira vez que o País enfrentará situação semelhante". Depois dessa chocante conclusão, Lemgruber manifesta a opinião de que a saída está em um acordo com o FMI, coisa que nosso ministro da Fazenda repele, preferindo prosseguir em seu esforço para substituir o FMI pelo Banco Mundial, coisa que Lemgruber acha pouco provável.

Portanto, as coisas não caminham bem para o ministro Funaro e sua estratégia de ir negociando com os credores aos pouquinhos (exemplo típico desse procedimento é o telex enviado aos bancos para que não sejam cobrados os US\$ 9,8 bilhões vencidos ontem, dia 15). Também não está acontecendo a propalada solidariedade dos demais devedores, pois todos eles estão aproveitando os temores dos banqueiros para obter melhores condições nas suas renegociações. Nessa categoria se inclui a Argentina, que acaba de fechar um acordo para o reescalonamento de sua dívida de US\$ 57 bilhões. O governo argentino está refinanciando US\$ 30 bilhões e ainda recebendo US\$ 1,9 bilhão em novos créditos, com spread de 0,875% sobre a Libor (taxa interbancária de Londres), mais US\$ 225 milhões em créditos de agências governamentais. Um lote de US\$ 24 bilhões em empréstimos será refinanciado em 19 anos, com cinco de carência; outro lote, de US\$ 6 bilhões, será pago em sete anos, com dois de carência (em ambos os casos o spread será de 0,8125).

Pelo que se vê, a moratória brasileira está funcionando melhor para outros países endividados do que para o Brasil. Mas esta verdade gritante ainda não sensibiliza o nosso ministro da Fazenda e os políticos do PMDB que o sustentam nessa guerra com os banqueiros. Uma guerra sem vencedores que está levando nossa economia ao esgotamento e o povo à descrença total nas instituições democráticas e no futuro do País.